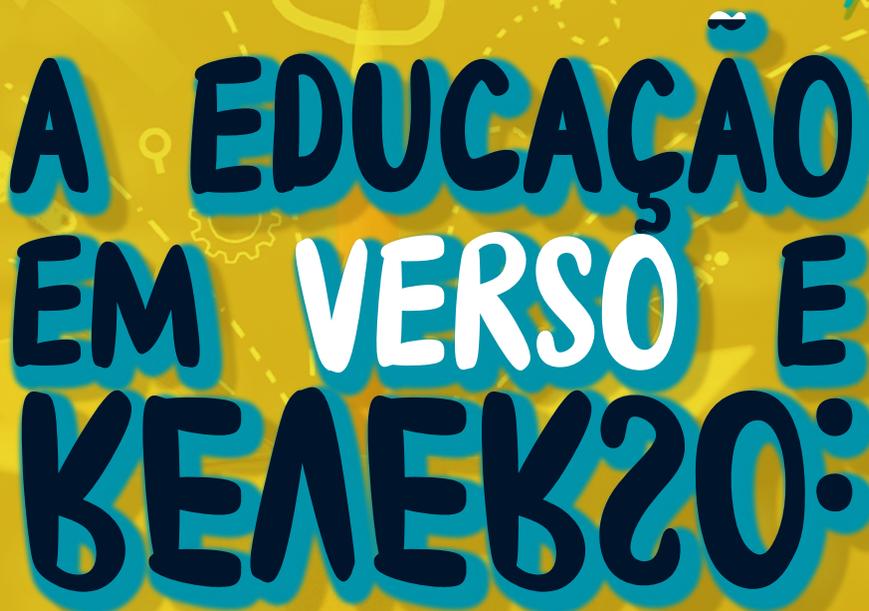


(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

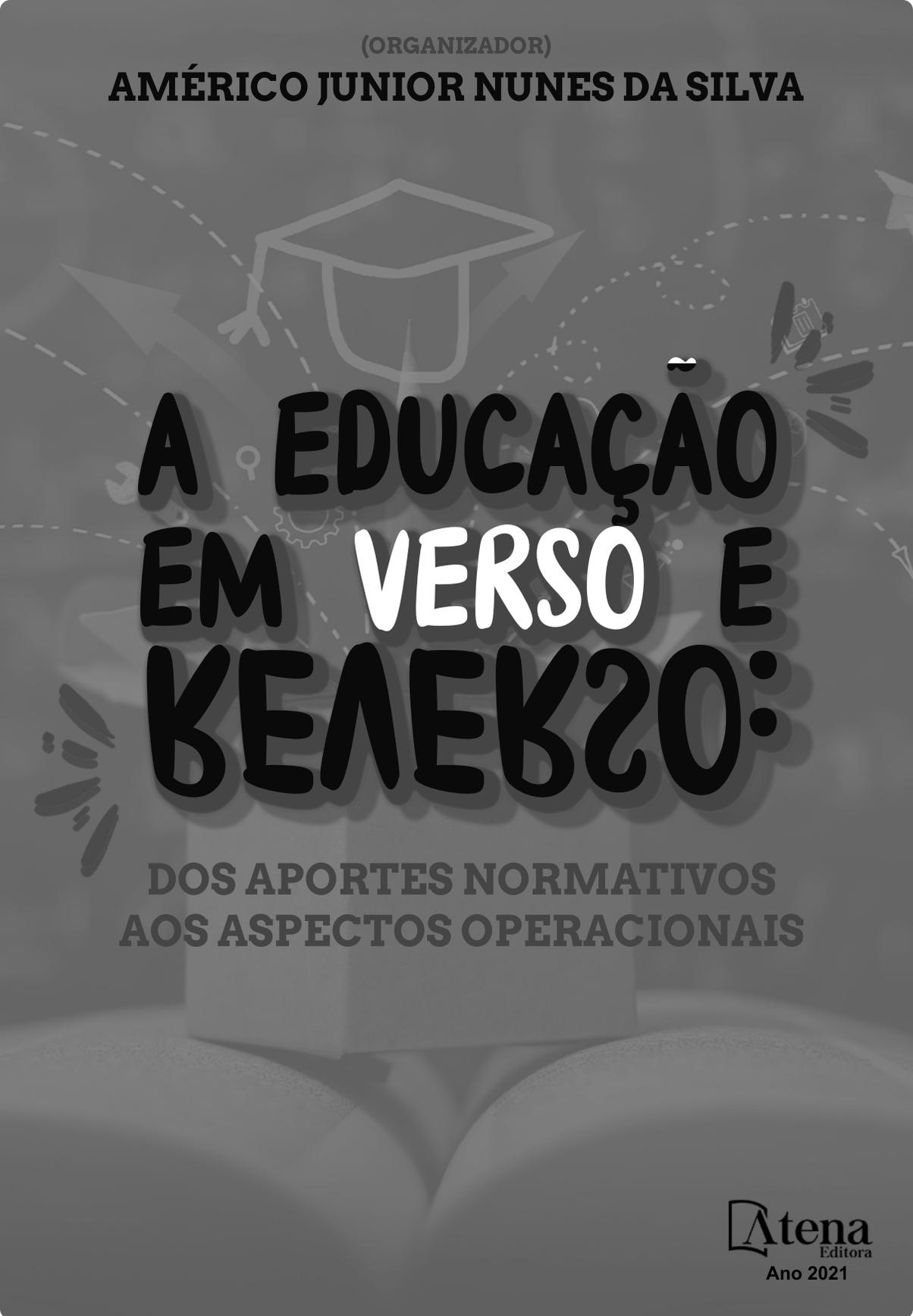


A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

**DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-238-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.385210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL E DECOLONIAL

José Rossicleiton de Freitas

Maria Mariana Ferreira Gonçalves

Iara Maria de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109071>

CAPÍTULO 2..... 16

O CUIDADO EM NEL NODDINGS E A EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DA VIVÊNCIA ÉTICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Clarissa Moraes de Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109072>

CAPÍTULO 3..... 26

A LUDICIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: ANÁLISES DE MÉTODOS DESENVOLVIDOS EM SALAS DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Amanda Dalila Bezerra de Lins

Carla Linardi Mendes de Souza

Terezinha de Amariz Rodrigues

Bruna Daniele Mendes de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109073>

CAPÍTULO 4..... 38

A OBSERVAÇÃO DE AULAS ENQUANTO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Angélica Nachiungue Marta Vidal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109074>

CAPÍTULO 5..... 50

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA: NOVAS PERSPECTIVAS DE LEITURA

Nara Barreto Santos

Ana Paula Conceição

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109075>

CAPÍTULO 6..... 60

A INTERFERÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO 1º ANO

Maria Eduarda Padilha de Almeida

Sandra Regina Gardacho Pietrobon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109076>

CAPÍTULO 7..... 76

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO ELEMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

Romario Ribeiro dos Praseres

Luciete Cardoso Pompeu

José Elielton Mendes Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109077>

CAPÍTULO 8..... 87

EDUCAÇÃO MEDIADA PELO DIÁLOGO: CAMINHOS FREIREANOS

Patrícia Samilla Abreu Silva

Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito

Ana Gabriela Ferreira Brito

Andressa Borges Xavier

Wesquisley Vidal de Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109078>

CAPÍTULO 9..... 91

O ICMS DO AMANHÃ: A COTA PARTE COMO ESTRATÉGIA PARA O ENGAJAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO AMAPÁ COM A MELHORIA DA EDUCAÇÃO

Eduardo Corrêa Tavares

Kátia Paulino dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852109079>

CAPÍTULO 10..... 110

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO IFRJ: META-AVALIAÇÃO BASEADA EM CRITÉRIOS FUNDAMENTAIS

Luci Hildenbrand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090710>

CAPÍTULO 11..... 120

CULTURA TRADICIONAL DA INFÂNCIA ENQUANTO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL E AS INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E CULTIVO DO SEU REPERTÓRIO NO BRASIL, EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Lucilene Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090711>

CAPÍTULO 12..... 143

INTERLOCUÇÕES SOBRE A ESCOLA EMANCIPATÓRIA

Diniz Antonio de Sena Bastos

Camila Rodrigues Bastos

Karina Moraes Wanzeler

Luzia Beatriz Rodrigues Bastos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090712>

CAPÍTULO 13..... 154

PIBID: OFICINA DE MICROSCOPIA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE IMPERATRIZ- MA

Fabio Neves Ribeiro

Adriana Santos Neves Ribeiro

Leonardo Hunaldo dos Santos

Virlane Kelly Lima Hunaldo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090713>

CAPÍTULO 14..... 160

PROPOSTA DE UM SISTEMA TUTOR INTELIGENTE CONSIDERANDO AS CARACTERÍSTICAS AFETIVAS E O CONHECIMENTO DO ESTUDANTE PARA A RECOMENDAÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Sara Luzia de Melo

Adilmar Coelho Dantas

Regis Michel dos Santos Souza

Daniel Leonardo de Souza Teixeira

Mislene Dalila da Silva

Luciano Vieira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090714>

CAPÍTULO 15..... 172

SABERES DOCENTES NAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

Rafaela Celi Lima Figuerêdo

Cassandra Ribeiro Joye

Paulo Alexandre Rurato

Rui Leandro Maia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090715>

CAPÍTULO 16..... 181

EDUCAÇÃO ASSISTIDA POR ANIMAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Simone Silveira da Silva

Helenara Plaszewski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090716>

CAPÍTULO 17..... 201

A DIFÍCIL TAREFA DE ENSINAR MODELAGEM MATEMÁTICA

Gleison de Jesus Marinho Sodrê

Raquel Soares do Rêgo Ferreira

Renato Borges Guerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090717>

CAPÍTULO 18	214
OS IMPACTOS NEGATIVOS E OS ASPECTOS POSITIVOS DA PSICOMOTRICIDADE, EM UMA ESCOLA DA ZONA CENTRO SUL DO MUNÍCIPIO DE MANAUS	
Andréia Raimunda de Oliveira da Costa Biana Izaelque Ramos da Silva Michael Rodrigues Rebello Rebeca Moreira Candeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090718	
CAPÍTULO 19	242
O ESPAÇO DA CRECHE E A IDENTIDADE NEGRA EM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS	
Aretusa Santos Ana Rosa Costa Picanço Moreira Letícia de Souza Duque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090719	
CAPÍTULO 20	255
DA PIRACEMA À FESTA DO MANDIM: UMA ESTRATÉGIA LOCAL PARA ATENDER A PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO	
Italva Miranda da Silva Ricardo Francisco Waizbort	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090720	
CAPÍTULO 21	264
LEITURA E ESCRITA DE GÊNEROS TEXTUAIS NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE UM CURSO DE PEDAGOGIA	
Sophia Costa Nascimento Luzia Bueno Matheus Henrique da Paixão Mariano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090721	
CAPÍTULO 22	272
ESTUDO DE CASO DE UMA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM EMPREENDEDORISMO – “EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL POR 1 DIA”	
Teresa Costa Luísa Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090722	
CAPÍTULO 23	284
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO MÉDIO: OS ESTUDOS DOS IMPACTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO PARAENSE EM ESCOLA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DE ABAETETUBA E MOJU	
Rayana Barros da Silva Fahid da Costa Kemil Afonso Welliton de Sousa Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090723	

CAPÍTULO 24.....	295
O QUE O PROJETO DE LEI ESCOLA “SEM” PARTIDO EXPRESSA E ESCAMOTEIA: ANÁLISE CRÍTICA DA LEI DA MORDAÇA	
Danielli Maria Neves da Silveira	
Dyeniffer Jessica Bezerra Parisoto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38521090724	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	308
ÍNDICE REMISSIVO.....	309

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO ELEMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 28/05/2021

Romario Ribeiro dos Praseres

Universidade Federal do Pará, Faculdade de
Educação - FAED
<http://lattes.cnpq.br/3214834117523082>

Luciete Cardoso Pompeu

Universidade Federal do Pará, Faculdade de
Linguagem - FAL
<http://lattes.cnpq.br/1279992093116056>

José Elielton Mendes Moraes

Universidade Federal do Pará, Faculdade de
Educação – FAED
<http://lattes.cnpq.br/6355894830249185>

RESUMO: Este artigo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo desenvolvido durante com o objetivo de fazer uma análise histórica do planejamento educacional, discutir os princípios de uma gestão democrática e apresentar como ocorre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola. Com isso utilizamos como referenciais teóricos autores como Silva (2012), Oliveira (1997), Paro (2008), Padilha (2001), dentre outros, que nos orientaram e forneceram bases sólidas para desenvolvermos um trabalho significativo e cientificamente amparado. Em vista disso conseguimos ter uma visão do panorama em que se encontra a situação educacional, onde as relações econômicas e de mercado acabam se sobressaindo às perspectivas democráticas

e participativas da escola e seu planejamento. Sendo assim, é fundamental que o Projeto Político Pedagógico seja construído, pois, o mesmo é o reflexo de uma gestão democrática e a materialização dos anseios e desejos de toda a comunidade escolar na tomada de decisões dos caminhos da instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Educacional. Gestão Democrática. Projeto político pedagógico.

THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT AS AN ELEMENT OF PARTICIPATION IN SCHOOL

ABSTRACT: This article is about a bibliographic review of qualitative character developed during with the objective to make a historical analysis of the educational planning, to discuss the principles of a democratic management and to present how the process of construction of the Pedagogical Political Project of a school occurs. With that we used as theoretical references authors such as Silva (2012), Oliveira (1997), Paro (2008), Padilha (2001), among others, who guided us and provided solid bases to develop a meaningful and scientifically supported work. In view of this, we were able to have a view of the panorama in which the educational situation is found, where economic and market relations end up standing out against the school's democratic and participative perspectives and planning. Therefore, it is essential that the Pedagogical Political Project be built, as it is the reflection of a democratic management and the materialization of the yearnings and desires of the entire school community when making decisions on the paths of the educational institution.

KEYWORDS: Educational Planning. Democratic management. Pedagogical political project.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo realiza uma breve revisão bibliográfica a respeito do Projeto Político Pedagógico como condição da participação da comunidade escolar em sua construção. De maneira geral, aborda sobre os princípios da gestão democrática no espaço escolar, buscando responder como o Projeto Político Pedagógico (PPP) pode constituir-se em elemento da participação coletiva?

O texto faz uma análise histórica de como, ao longo dos anos, as escolas estão sendo administradas de acordo com a lógica do capital, objetivando o desenvolvimento econômico fundamentado na racionalidade produtiva e no pragmatismo das ações coletivas, distanciando-se de uma educação com bases humanísticas, que oportunize uma práxis social baseada na crítica, na emancipação e na qualidade de vida dos sujeitos.

A educação enquanto mercadoria enseja escolas ocupadas predominantemente por profissionais técnicos que pensam a educação enquanto um mero instrumento econômico indispensável ao “progresso”. Instituições como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL desempenharam um papel indispensável para a disseminação dessa ideia (SALLES, 2006). Todo o conhecimento que não tivesse utilidade para o mercado tornava-se dispensável. O objetivo não era transformar a realidade social do educando ou emancipá-lo, mas qualificá-lo, minimante, para suprir as demandas dos interesses econômicos.

O artigo objetiva realizar reflexões que possam apontar possíveis caminhos para a superação de uma escola fundamentada no pragmatismo econômico e voltada para a autonomia e construção coletiva de sua identidade. Acredita-se que através da construção coletiva é possível traçar metas e objetivos educacionais que correspondem aos anseios de toda a comunidade escolar e fundamentar o trabalho pedagógico nas necessidades da comunidade externa à escola. Buscar-se discutir sobre as relações competitivas, corporativas e autoritárias existentes nas unidades escolares e como elas produzem a negação do projeto coletivo humanizador. O texto demonstra, resumidamente, formas de como elaborar o projeto político pedagógico.

A revisão bibliográfica realizada fundamentou nos estudos de algumas obras de autores como Silva (2012), Salles (2006), Oliveira (1997), Paro (2008), Padilha (2001) entre outros que discutem sobre os aspectos democrático no planejamento participativo. Para Gil (2002, p. 44) “Os livros de referência, também denominados livros de consulta, são aqueles que têm por objetivo possibilitar a rápida obtenção das informações requeridas, ou, então, a localização das obras que as contêm”. Estes livros possibilitaram uma consistente reflexão a respeito da temática estudada.

A revisão bibliográfica, de acordo com Fonseca (2002), é feita a partir do levantamento

de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Sendo assim, foram utilizados livros e artigos de diferentes autores que abordam questões relacionadas a gestão democrática, ao planejamento educacional, a elaboração do PPP e a participação coletiva na escola, almejando uma análise precisa e que validasse as perspectivas defendidas pelos autores.

2 I PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

O planejamento educacional traz em sua historicidade as relações entre desenvolvimento econômico e educação. Alguns princípios do capitalismo como a competitividade, hierarquia, produção, consumo, exploração, acabam sendo associados as diferentes formas de planejamento pelas instituições de ensino e conseqüentemente das tomadas de decisões (OLIVEIRA, 1997). No Brasil desde a década de 1930, ocorre um movimento global de elaboração de diversos programas e planos para as diferentes formas de intervenção na sociedade, mas que veem as políticas sociais e educacionais como coadjuvantes e, como afirma Oliveira (1997), como meras ajustadoras do sistema econômico.

A partir de então durante as décadas de 1930 e 1940, a perspectiva das discussões acerca dos caminhos do planejamento ganharam os ideais da teoria do “capital humano” que de acordo com Frigotto (2010) busca traduzir o montante de investimentos que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Desta forma, o planejamento educacional fica resumido no ato de investir em educação com objetivo de um retorno rápido e prático que impulse o mercado.

Nesse viés surge a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, como instituição orientadora da lógica do desenvolvimento e da industrialização, que buscava explicar para os países emergentes que as desigualdades em relação as nações, no que diz respeito ao setor econômico e as várias áreas sociais, se dá pelo processo de industrialização, ou seja, há diferença entre os países porque alguns são mais industrializados que outros, porém essa condição não é irreversível (SALLES, 2006). Pois, o progresso e o bem-estar das nações ocorreria de forma natural a partir do investimento na indústria.

Nesse contexto, os conceitos e debates acerca da administração surgem a partir da década de 1960, por meio da concepção de um planejamento global e centralizado. No âmbito educacional as medidas organizativas incorporadas em tal processo deveriam obter, a partir de estratégias específicas, resultados favoráveis (SALLES, 2006). Nesse sentido, a presença de técnicos qualificados para exercerem tal função no processo de planejamento era indispensável.

Ao longo da década de 1980 e 1990, perante um cenário de reivindicações, objetivando

participação nas tomadas de decisões no que diz respeito a educação, a sociedade civil luta e consegue significativas conquistas materializadas na Constituição Nacional de 1988, na lei Ldb 9.394/96 art. 14, e o discurso de uma educação e um planejamento mais democrático vai ganhando ainda mais força. Mas, diferente de uma democratização mascarada por uma falsa participação, vistas como meras implementadoras de políticas, fruto de decisões pensadas hierarquicamente.

Com isso o sentimento de que é de extrema importância lutar por uma educação mais democratizada de fato contagiou diversas camadas da sociedade, pois compreendeu-se que é por meio dela que a classe trabalhadora exerce os seus direitos e contribui para a transformação da sociedade em busca de um futuro melhor, uma vez que “a liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do estado” (FREIRE, 1997, p. 119-20).

3 | O SIGNIFICADO DA PARTICIPAÇÃO COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DO P.P.P.

A escola, sobretudo a de ensino público, cumpre uma função social, que para a classe trabalhadora é a de criar possibilidades para a transformação da realidade e para o enfrentamento à opressão, desigualdade e exploração que historicamente sofrem em decorrência da vigência de um sistema econômico excludente que valoriza e prioriza ricos em detrimento aos pobres. Mas, em uma sociedade regida por um Estado sob o julgo da ideologia liberal, a escola se torna um mero instrumento para a perpetuação do status quo.

Nesse sentido, não se pode falar de orientação das políticas educacionais sem postular a sociedade dividida em classes. Desse modo, de acordo com Paro (2008) os grupos no poder, para garantir que a realidade vigente continue imutável, se apropriam da instituição escolar e inserem em seus planos e metas de desenvolvimento a lógica do liberalismo, resumindo sua administração em métodos e técnicas burocráticas, que muitas vezes, são importados de empresas, reduzindo a educação apenas a aspectos econômicos com o objetivo de qualificar os indivíduos para suprir as demandas do mercado sem perspectiva de transformação social. Pois, para que os grandes empresários, detentores dos meios de produção, se mantenham no poder é fundamental que escola forme mão de obra barata e que esses trabalhadores estejam aptos a se submeterem a exploração de sua força de trabalho sem reclamar.

Todavia, a história mostra que esse movimento não ocorre sem resistência. As conquistas que bravamente a sociedade civil vem garantindo as duras penas é resultado das disputas entre o bloco no poder e a classe trabalhadora (PARO, 2008). Lutas para conquistar seu espaço nas instituições escolares, sobretudo, no âmbito administrativo. Para que seus anseios sejam levados em consideração, para que a educação se torne emancipadora e de qualidade social, que torne os indivíduos aptos para lerem a sua realidade e capazes de criar meios para transformá-la. Para isso, é necessário que a

tomada de decisão que ocorre no interior da escola seja democratizada e descentralizada. Ou seja, é necessário romper com a lógica liberal que concentra um esquema de hierarquia dentro da escola onde o diretor é a autoridade máxima. Paro (2008) afirma que:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 2008 p. 10).

É nesse ínterim que a gestão democrática, que é um dos princípios base da educação pública nacional, assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/1996, art. 3º, parágrafo VIII, (BRASIL, 1996), se configura como um dos meios para se organizar a escola democraticamente e com a participação de toda a comunidade que compõe a instituição - professores, alunos, pais, direção, coordenação pedagógica e funcionários. Os artigos 14 e 15 da LDB regulamentam um sistema de gestão participativa e democratizada:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, LDB, 1996)

Estes artigos da LDB, dispõem que a “gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local” (VIEIRA, 2005).

Nesse ponto de vista, levando em consideração a existência de regras e regulamentações que envolvem a gestão democrática, é possível explicitá-la melhor por meio de dois princípios fundamentais que Silva (2012) destaca como: “participação formal” e “participação informal”. A primeira ocorre por meio de documentos formais e burocráticos, que podem legitimar determinada intervenção ou impedi-la. Enquanto que a segunda se configura como a construção, por exemplo, de regras informais que surgem a partir de pequenos grupos do interior da escola tendo como objetivo a resolução de problemas específicos. Nela admite-se outros desenvolvimentos e outras adaptações não previstos nas normas e nos regulamentos, facilitando a mudança ou a manutenção da realidade.

Por conseguinte, Silva (2012) sugere então que nesse contexto de gestão na escola a “participação praticada” se desenvolverá de acordo com quatro critérios: “democraticidade; regulamentação; envolvimento e orientação”. O primeiro divide-se em dois tipos de participação, direta e indireta. A direta é caracterizada pela “intervenção direta dos sujeitos”, tendo como exemplo o direito ao voto. A indireta é a participação a partir de representantes designados pelos setores da escola (SILVA, 2012, p.4). No que se refere ao critério de regulamentação, segundo o autor, ele é composto pela participação formal, informal – já mencionadas anteriormente – e não formal, sendo esta última uma ação de “interpretação das regras formais”, com o objetivo de mantê-las ou transformá-las. No critério de envolvimento, Silva (2012, p. 5) inclui três tipos de participação: “ativa, reservada e passiva”. A ativa é aquela em que os sujeitos se envolvem diretamente em todas as demandas e reivindicações da escola buscando sua transformação e melhoria.

A passiva é composta, principalmente, pelos sujeitos que, por medo ou acomodação, não se envolvem diretamente nas reivindicações e se deixam representar pelos que participam ativamente. Já a reservada é caracterizada pelos sujeitos que assumem a postura da neutralidade, que no fim das contas não fazem nada para que a realidade da escola mude, mas reclamam de quem se mobiliza. No que tange o critério da orientação, ela “é vista sob dois ângulos: convergente e divergente” (SILVA, 2012, p.5). A primeira tende a aceitar as regras e normas pré-estabelecidas nos documentos oficiais, enquanto que a segunda problematiza e se contrapõe a elas.

Toda essa forma de participação tem direcionamentos específicos que definirão o futuro da escola e, dependendo do tipo e da intencionalidade dela, é possível que seja extremamente prejudicial. Por exemplo, se pequenos grupos que compõem a escola se organizam e se mobilizam defendendo sua privatização, eles estarão participando ativamente, mas ocasionarão desvantagens que refletirão em todo o coletivo escolar. Por isso, “apenas o ato de participar não implica que isso será de fato bom. A participação é um tema que está em voga, mas precisamos analisá-la compreendendo suas diversas faces” (SILVA, 2012, p.7). E entre elas, estará os ideais liberais e neoliberais que predominam o Estado vigente, tomando a escola não como um instrumento de emancipação e transformação social, mas como um meio de se obter lucro a partir da formação dos indivíduos. Por isso, é importante ressaltar novamente que em todos os espaços das instituições públicas haverá disputas entre classe antagônicas, a trabalhadora e a empresarial.

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico (PPP) se configura como uma forma de organização coletiva de planejamento da escola em que os sujeitos da instituição irão, coletivamente, definir quais os objetivos e metas a serem alcançados, se uma formação que fomente o senso crítico de enfrentamento às mazelas proporcionadas pelo sistema capitalista ou uma formação “neutra”, passiva, que apenas reproduz as ideologias impostas pela classe empresarial (VEIGA, 1998). Segundo Veiga (1998):

[...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1998, p. 1).

Sendo assim, o PPP desempenha um papel fundamental na busca por uma educação de qualidade social e pela democratização da escola, no sentido em que ele é constituído e vivenciado pelos atores que o construíram. Ele é a concretização da autonomia da escola e ajuda a comunidade que a compõe a compreender sua realidade.

Diante disso, o Projeto Político Pedagógico, implementado como elemento de uma gestão democrática da escola, é um instrumento imprescindível de transformação política, econômica e social. Mas, para isso ser possível é necessário propiciar situações que permita ao professor, aluno, pais, funcionários, diretor e coordenador pedagógico aprender a realizar o fazer pedagógico de forma coerente (VEIGA, 1998). É necessário ter consciência de classe! Para se construir uma escola feita por trabalhadores e para trabalhadores, para romper com a lógica do capital e propiciar uma educação popular, coletiva, que compreenda a necessidade e a realidade do povo e não do mercado.

4 | O SIGNIFICADO DA AUTONOMIA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PPP

É na escola que os indivíduos serão formados, segundo Veiga (1998), para serem cidadãos autônomos, participativos, responsáveis, compromissados, críticos e criativos que atuarão individual e coletivamente na sociedade. Para alcançar esse tipo de educação é essencial desenvolver um projeto que verse o melhor atendimento do aluno, para isso, conhecer o contexto em que a escola está inserida e proporcionar uma participação coletiva é fundamental, pois de acordo com Veiga (1998):

Considerando o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade escolar, cada instituição educativa assume sua marca tecendo, no coletivo, seu projeto Político-Pedagógico, propiciando conseqüentemente a construção de uma nova forma de organização (VEIGA, 1998 p. 26)

Ao ser desenvolvido de forma democrática, quando as decisões são tomadas por toda a comunidade escolar e expressaram com clareza os objetivos sociais e pedagógicos da instituição, o projeto político pedagógico servirá como um guia nas decisões, valores e objetivos podendo fazer com que a escola atinja de forma eficiente as suas finalidades. Contudo, para conseguir alcançar essas finalidades, a priori, como afirma o autor Padilha (2001, p. 77) é preciso definir o marco referencial, ou seja, descobrir qual o motivo da existência da escola, que identidade deseja criar, construir a visão coletiva do contexto social

em que a escola está presente, estabelecer qual o futuro deseja alcançar e principalmente qual rumo seguir para chegar a esse futuro almejado que irá servir como base do projeto.

É a definição desse marco referencial que formará os primeiros passos na construção de um PPP. Para defini-lo, Padilha (2001) propõe algumas etapas através de questionamentos para promover a reflexão, tais como: como entendemos o mundo em que vivemos?; quais são as utopias que nos movem nesse mundo?; qual é a escola dos nossos sonhos?; qual o retrato da escola que temos; o que faremos na nossa escola. O PPP traz basicamente a ideia de utopia (lugar ou estado ideal, harmonia entre os indivíduos), porque todos os componentes do corpo escolar dependem desta cooperação para que o planejamento ocorra como desejado (PADILHA, 2001, p. 79).

A estrutura do PPP é composta por perguntas e respostas, perguntas estas formuladas para descobrir o que o corpo escolar precisa ou almeja. Assim podendo obter saídas e soluções para possíveis problemas, definir estratégias e ações específicas para todas as áreas participantes da escola. Padilha (2001, p. 80-81) elaborou algumas perguntas que podem contribuir nesse sentido: “que tipo de homem e de sociedade queremos construir? ”; “Que papel desejamos para a escola em nossa realidade? ”; “Que tipo de relações devem ser estabelecidas entre professor e aluno, entre escola e a comunidade? ”; “Qual o papel do Estado em relação à educação, em termos ideais?”.

Essas perguntas são umas das muitas utilizadas para chegar ao objetivo pretendido pelo PPP, que é a participação do corpo escolar por completo, composto por alunos, pais, professores, coordenação pedagógica, direção escolar e os demais funcionários. Com as respostas colhidas e avaliadas, se terá uma base de qual caminho seguir, de como gerir essa escola manuseando as ferramentas corretas. Pois nessas respostas estará explícito o que é desejado por todos em relação a escola e ao ensino. Após a definição do marco referencial faz-se necessário conhecer a realidade da escola e de todos que participam desse meio, é a partir disso que aparecem os problemas e possivelmente as soluções.

Se na elaboração do marco referencial do projeto político pedagógico é preciso a participação coletiva, para produzir a proposta de ação não é diferente, pois, segundo Padilha (2001), cada segmento escolar deve indicar os problemas, de acordo com seu olhar. Contudo, a definição do orçamento é importante nessa etapa, visto que seu uso será essencial em determinadas propostas de ação.

O próximo passo da fase exige a “leitura de mundo” da realidade escolar, que se caracteriza por considerar aspectos relacionados a dimensão cotidiana da escola e da comunidade, que fazem parte de sua área de abrangência, enfatizando, sobretudo, os elementos culturais dos sujeitos e dos segmentos que nela atuam direta ou indiretamente (PADILHA, 2001, p. 86). Ou seja, é com a participação e conhecimento da realidade de todos os envolvidos com o projeto e dos resultados obtidos, que as propostas de ações tomarão rumo.

Para concretizar o projeto político pedagógico e realizar as propostas de ação,

determinar a programação das atividades é essencial nessa fase. Ela acontecerá de acordo com os passos anteriores, com ênfase às necessidades e os problemas da maior parte da comunidade escolar. Por último, o desenvolvimento de uma redação da programação das atividades e das etapas anteriores “será a base para a elaboração ‘definitiva’ do documento do projeto político-pedagógico da escola” (PADILHA, 2001, p. 89).

Ainda de acordo com Padilha (2001), a estrutura básica de um Projeto Político Pedagógico não pode ficar preso em modelo tecnicista, ela se modifica de escola para escola, orientado por uma construção coletiva que vai além de um simples documento, nele terá contido os caminhos da instituição, os sentimentos, a subjetividade daqueles que participam em sua construção. Nesse sentido, para contribuir com os profissionais que atuam na coordenação das escolas públicas, o autor definiu uma estrutura básica para o PPP:

Identificação do projeto	Nome do projeto, identificação geral da escola, período de duração do projeto, número de alunos, de professores e funcionários que o projeto vai abranger.
Histórico e justificativa	Registrar como se deu o processo de articulação dos seguimentos escolares para a realização do PPP e como as decisões foram tomadas pelo corpo escolar, faz-se uma síntese do marco referencial, relacionando-a ao “retrato da escola que temos”, justificando as prioridades e as ações que deveram ser implantadas e descrever o alcance social dessas ações que o projeto proporcionara.
Objetivos gerais e específicos	Os objetivos gerais devem reportar-se aos objetivos do sistema a qual a escola está ligada, os objetivos gerais será os propósitos da escola. Os objetivos específicos e o desdobramento dos objetivos gerais, voltado aos direitos, interesses e necessidades do aluno.
Metas	As metas devem ser concretas e objetivas devendo ser quantificadas e detalhadas conforme a localização dessa escola (onde, quando e como vão ocorrer essas ações). Precisa-se de uma ação sistemática e de uma avaliação permanente para dar-se sentido ao percurso. Quando as metas não são alcançadas deve-se haver uma verificação coletiva para levantar as possíveis causas e ações previstas, que ainda não forem concretizadas.
Desenvolvimento metodológico	Para que os objetivos sejam alcançados, precisam ser determinadas algumas metodologias para serem seguidas na pratica. Elas definem o que, como e em que tempo será feito.
Recursos	A unidade escolar envolve recursos humanos, materiais e financeiros. Bom abrir subitens para cada um desses grupos de recursos prevendo de acordo com as metas a serem alcançadas, com o desenvolvimento metodológico adotado e com o cronograma de execução. No caso dos recursos financeiros e sempre bom fazer uma classificação orçamentária (verificação do dinheiro que está disponível para cumprir com essas metas e desenvolvimentos metodológicos).
Cronograma	Pode interagir diretamente com o desenvolvimento metodológico, uma vez que ele prevê a distribuição ordenada das ações ao longo do tempo, de acordo com as possibilidades de ações e a disponibilidades de recursos.
Avaliação	E o momento de verificação da concretização parcial e total dos objetivos e das metas anteriormente propostas. Os instrumentos de avaliação podem ser de cunhos qualitativos ou quantitativos.

Conclusão

No projeto político pedagógico não há um estado de concluído, como é defendido no marco referencial tem que estar disponível a possíveis ajustes e mudanças sempre que solicitado.

Tabela 1 – Estrutura básica do PPP, segundo Padilha (2001)

Fonte: (PADILHA, 2001, p.90 – 93)

Ressalta-se que para se chegar a essa estrutura é imprescindível que a escola já tenha formulado o marco referencial, só a partir dele, e com o envolvimento de todos os sujeitos que compõe o ambiente escolar, é possível a elaboração de um PPP que de fato atenderá os anseios da comunidade e contribuirá para o fortalecimento da educação pública, gratuita e de qualidade social.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o estudo que foi realizado através dos textos evidenciou que em uma sociedade capitalista, guiada sob a ideia da competitividade, da individualidade e do lucro, a escola necessita criar mecanismos de enfrentamento para mudar a realidade. A gestão democrática se configura como um desses mecanismos. Esse modelo de administração é descentralizado e se estrutura sob um esquema de coletividade. Todos os sujeitos da escola possuem responsabilidades e importância em um mesmo grau.

No bojo de uma instituição democratizada o Projeto Político Pedagógico se estrutura como um guia para uma educação libertadora e de qualidade social. Sendo assim, é indiscutível a importância que o PPP desempenha na instituição escolar, pois ele traz debates, conflitos de ideias, desafios, que mostra a necessidade de se pensar em uma gestão democrática da educação que favoreça a classe trabalhadora, onde os seus interesses sejam ouvidos e não silenciados por aqueles que veem o processo educativo a partir de uma perspectiva meramente técnica, em que a formação dos sujeitos vai além da ideia de somente qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, mas que contemple todas as áreas da vida em sociedade. A pesquisa ainda segue em curso, os autores continuarão o desenvolvimento do artigo investigando a realidade concreta das escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. (Coleção Leitura).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: VOZES, 1997.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: Como Construir o Projeto Político Pedagógico da Escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

SALLES, F. C.. **Breve histórico do pensamento econômico na educação brasileira**. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil**, 2006.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente ao desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados** In: SILVA, Marcelo Soares Pereira da (Org.) **Planejamento e práticas da gestão escolar**. Universidade federal de Uberlândia- MG, 2012.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (Org.). **Projeto político pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão: extraindo significados da base legal**. In. CEARÁ. SEDUC. **Novos Paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptável do curso 160, 165, 166, 168, 169

Alfabetização de crianças 10, 60, 61, 62, 72

Aprendizagem 12, 5, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 43, 47, 50, 53, 55, 56, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 74, 87, 90, 95, 100, 101, 104, 108, 109, 113, 115, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 199, 207, 218, 222, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 267, 268, 272, 276, 277, 280, 281, 282, 287, 288, 289, 303

Aulas práticas 32, 154, 155, 156, 158, 234, 237, 238

Avaliação de programas 119

Avaliação do desempenho docente 10, 38, 39, 40, 42, 43, 46

C

Computação Afetiva 160

Comunidade 39, 56, 58, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 104, 113, 131, 143, 144, 145, 146, 147, 207, 217, 248, 250, 278, 279

Cota Parte do ICMS 97

Criança 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 34, 37, 62, 63, 64, 66, 92, 100, 101, 108, 109, 121, 129, 134, 135, 140, 141, 142, 184, 185, 194, 196, 197, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 245, 301, 302, 303

Crianças 10, 13, 4, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 37, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 100, 108, 121, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 140, 146, 147, 148, 181, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 224, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 270, 301, 306

Cuidado 10, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 175, 215, 244, 245, 247, 248, 251

Cultura infantil 120, 121, 128, 129, 141

D

Desenvolvimento Profissional 10, 38, 39, 40, 42, 43, 47, 48, 173

Diversidade Cultural 123, 127, 130, 138, 150, 255, 259

E

EAD 12, 172, 173, 174, 177

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 36, 37, 38, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 67, 68,

70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 125, 135, 137, 139, 141, 143, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 159, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 272, 273, 274, 275, 276, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308

Educação assistida por animais 12, 181, 185, 188, 189, 190, 197, 199

Educação de jovens e adultos 53

Educação Empreendedora 272, 273

Educação Transformadora 154

Ensino Básico 26, 139, 155, 275

Ensino de ciências 10, 26, 27, 28, 32, 34, 37, 154, 155, 156, 157, 159

Ensino Médio 13, 14, 205, 217, 255, 256, 257, 259, 260, 262, 270, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 299

Escola 11, 12, 13, 14, 4, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 18, 22, 23, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 43, 52, 55, 58, 61, 68, 69, 70, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 101, 103, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 139, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 170, 174, 175, 177, 183, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 199, 201, 205, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 229, 230, 234, 235, 239, 246, 251, 253, 255, 258, 259, 260, 261, 266, 270, 271, 272, 276, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306

Escola “sem” partido 306

Escrita 13, 7, 51, 63, 67, 74, 88, 89, 99, 118, 231, 240, 264, 265, 267, 270, 271

Espaço/Ambiente 242, 245, 248, 250, 251

Ética 10, 8, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 54, 55, 116, 137, 149, 152, 262, 268, 277, 280, 281, 292

Extensão 12, 97, 172, 173, 174, 179, 180, 189, 199, 234, 261, 308

F

Fascículo 255, 256, 257, 260

Federalismo fiscal 91, 106, 108

Formação de professores 10, 14, 38, 39, 40, 50, 113, 117, 159, 177, 252, 308

Formação Discente 284, 290

Formação do educador 50, 51

G

Gêneros 13, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271

Gestão Democrática 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 90, 145, 151, 152

Globalização 11, 52, 120, 122, 127, 134, 258

Google Acadêmico 26, 27, 29, 30

I

Identidade negra 13, 242, 244, 247, 248, 251, 252

Inovação Pedagógica 13, 272, 277, 279

Interação 26, 27, 28, 34, 43, 56, 57, 129, 130, 144, 147, 150, 151, 152, 156, 157, 159, 173, 178, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 231, 232, 239, 245, 246, 251, 265, 270, 279

Interatividade 143, 149, 150

Interculturalidade 1, 6, 7, 10, 15

L

Learning by doing 272, 273, 281, 282

Leitura 9, 10, 13, 9, 18, 30, 37, 50, 53, 63, 67, 83, 86, 89, 99, 146, 177, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 197, 199, 203, 231, 240, 242, 243, 264, 265, 270, 271

Letramentos 63, 264, 265, 266, 267, 271

Lúdico 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 229, 233, 235

M

Mapas de conhecimentos estruturados 160

Meta-avaliação 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119

META-AVALIAÇÃO 11, 110, 116

Modelagem matemática 12, 201, 202, 205, 211, 212, 213

Música tradicional da infância 120, 121, 131, 141

O

Observação as aulas 38, 40, 41, 42, 44, 45, 47

P

Patrimônio Imaterial 120, 124, 130, 138, 139, 262

Patrimônio Material 11, 120, 121, 125, 126, 127, 130

Paulo Freire 10, 51, 58, 87, 88, 89, 90, 177

Pedagogia Decolonial 1

Planejamento Educacional 76, 78

Políticas Educacionais 14, 1, 79, 105, 106, 143, 144, 151, 259, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 292, 293, 294

Positivismo 51

Práxis 9, 49, 77, 113, 143, 148, 149, 152

Professor 7, 12, 13, 21, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 79, 82, 83, 89, 114, 115, 144, 147, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 175, 176, 179, 194, 195, 204, 209, 214, 215, 216, 222, 224, 230, 235, 270, 276, 278, 291, 296, 299, 301, 304, 308

Professores 9, 10, 13, 1, 9, 14, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 60, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 83, 84, 101, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 143, 146, 148, 149, 151, 153, 155, 156, 159, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 194, 201, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 217, 221, 234, 239, 246, 251, 252, 255, 256, 257, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 274, 279, 282, 291, 296, 299, 308

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação À Docência 11, 110

Projeto político pedagógico 11, 76, 77, 82, 83, 85, 86

Psicomotricidade 13, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 224, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 240

Q

Quociente Eleitoral 201, 206, 208, 209, 210

R

Regime de colaboração 91, 92, 100, 101, 105, 106, 107, 125, 138

Relações Étnico-Raciais 242, 243, 244, 246, 253

S

Saberes Docentes 12, 60, 67, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180

Saberes não matemáticos 201, 203, 206, 210

Sentimentos 16, 18, 22, 24, 48, 84, 113, 190, 192

Sequenciamento 160, 162, 168

Séries Iniciais Do Ensino Fundamental 214, 216, 218

Sistemas Tutores Inteligentes 160, 161, 170

T

TDICS 67

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS